



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

**ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DA  
MEMÓRIA E DA VERDADE REALIZADA NO DIA 23/07/2020, ÀS  
19H.**

Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e vinte, às 19:00 horas, via a plataforma de videoconferências Zoom Meetings, a Comissão da Memória e da Verdade reuniu-se sob a coordenação da Dra. Sônia Costa, presidenta interina da comissão e dra. Juliana Gomes Miranda, secretária-geral da comissão. Estando presentes: Sônia, Juliana, Laura, Alisson Lopes, Paulo Parucker, Mariana Jaloretto, Andreia Britto, Carlos e o convidado Fábio Esteves.

Sônia abre a reunião abordando a possível parceria com o projeto Falando Direito de desenvolvimento do juiz Fábio Esteves, é feita breve apresentação dos membros, seguindo a palavra para Fábio falar o projeto.

Fábio desenvolveu o projeto, hoje executado pelo Instituto Brasileiro de Educação em Direitos e Fraternidade (IEDF) e atualmente presidido por Sandra Nayá. A ideia nasceu a partir da história de vida dele e de um amigo, defensor público, pensando a possibilidade de aproximação com a população, principalmente periférica, em situação de opressão. Aponta as barreiras que bloqueiam o acesso à justiça, aborda suas origens na zona rural, situação que o privou da educação e outros serviços públicos. Assim, foi inspirado pelo o que acontecia no ambiente familiar, onde via familiares dando a saúde e vida para donos de fazenda e latifundiários e depois



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

serem largados nas periferias da cidade sem qualquer assistência ou direitos. Percebeu que isso acontece, em parte, por essas pessoas não se verem enquanto sujeitos de direitos, sendo vítimas e objetos do direito, não conseguindo se colocar enquanto cidadãos em uma democracia. Assim, pensou-se em um projeto que não fosse apenas uma educação bancária, o Falando Direito visa ser um projeto emancipador, não tendo o objetivo de levar leis e códigos para os alunos de escola pública, partindo de um processo de questionamento do direito e da sociedade por parte desses indivíduos, contextualizando o espaço e realidade na qual estão inseridos. Foi criada uma metodologia acessível, que associa os direitos com o percurso da vida das pessoas, diferente da que normalmente é usada no direito, que também é uma forma de monopólio do conhecimento, garantindo o direito enquanto instrumento de dominação.

Fábio Esteves ainda menciona que projeto teve início dentro da Defensoria Pública, em escolas públicas com alunos dos dois últimos anos do ensino médio, atuando para que o sujeito consiga construir sua cidadania ativa e possa elaborar demandas no direito. É interessante que há um fortalecimento dos estudantes e a reflexão sobre as condições de contribuinte, trabalhador, eleitor e etc. O projeto tenta construir o conhecimento sobre esses direitos, é aplicado à alunos de 15 a 17 anos e a ideia é formar multiplicadores para depois alcançar outras séries. Não há atuação do projeto em escolas privadas por entender que são instituições que podem procurar o projeto e arcar com isso. O Falando Direito atua no estado do Rio de Janeiro e do Mato Grosso, em Porto Alegre e em São Luiz, tem carga horária e certificação, pois isso é interessante no âmbito do mercado de trabalho. Já são dez anos de estrada, inicialmente presencialmente e com a pandemia as



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

aulas migraram para plataforma EAD. Durante a execução do projeto, além dos professores também há a participação de profissionais das mais diversas áreas, levando temas para além do direito para a sala de aula. Todo o conteúdo é criado a partir da realidade e demanda dos alunos. Aponta as parcerias que o projeto já constituiu, que também contribuem formando alunos, formulando discussões e seminários, e menciona os webnários que estão sendo feitos nas últimas semanas, de onde também saem vários encaminhamentos.

Sônia agradece a presença e explanação do magistrado e pergunta como se dá o acesso à essas escolas e estudantes.

O convidado responde que o instituto tem uma parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, acionando os diretores regionais e de entidades escolares, tendo formalizado o termo de cooperação. A Secretaria de Educação reuniu coordenadores regionais e com essa coordenação regional eles estimulam o recebimento do projeto pelos professores, depois de selecionados pelas escolas são encaminhados para o IEDF. As aulas eram ministradas no Fórum do Núcleo Bandeirantes, levando os alunos para espaço que as vezes é visto como um lugar de punição, lembra que a última turma foi em Ceilândia. E aponta que agora com as aulas remotas irá ficar mais fácil, pois possibilita o alcance nacional.

Sônia abre para perguntas.

Carlos destaca que achou o projeto excelente, principalmente pela opção didática de relacionar o direito com as fases da vida e de conscientizá-los das instituições públicas relacionadas à sua defesa e promoção de direitos.

Alisson fala que a questão de construir a plataforma é muito bacana nesse momento de pandemia, e depois no "novo



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

normal” haverá o retorno para o corpo a corpo, voltar a formar turmas presenciais.

Fábio acredita que uma das coisas que está realmente em plena transformação será essa questão das aulas em plataforma digital, pensa ser possível que não tenha mais as turmas presenciais, está sendo encaminhado nesse sentido.

Sônia expõe sua experiência no âmbito da educação popular em Direitos Humanos em escolas, no projeto “DH na Escola”, da UnB, recordando as inúmeras barreiras de acesso às escolas.

Fábio concorda que uma das barreiras é o acesso às escolas, diz que a secretaria de educação tem essa dificuldade de coordenação por receber uma grande quantidade de projetos, e que é uma questão compreensível, mas que é importante os alunos terem essa experiência.

Fábio Esteves questiona como a Comissão da Memória e da Verdade pretender trabalhar nesse sentido.

Sônia cita o planejamento da CMV, que tem como um dos planos de ação o trabalho com estudantes do ensino médio, fala do propósito de sair do plano piloto e atuar em outras regiões, podendo trabalhar questões relacionadas à memória e à verdade, intuito que não conseguimos concretizar ainda. Pede para que Alisson mencione o projeto feito na gestão anterior, nossa ideia é que essa conversa abra para parcerias ou que façamos algo diferente e institucionalizado a partir da CMV. Queremos ir além do público restrito da OAB.

Fábio cita o importante papel da OAB, lembra que se reuniu com o presidente da gestão anterior da OAB/DF para falar sobre o projeto, mas a ideia não logrou êxito. Conta que em Minas Gerais o projeto foi incorporado por alguns prefeitos que colocaram a educação em direitos no currículo escolar. Vê que a OAB tem uma possibilidade de agir, acha que seria



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

interessante que a CMV fizesse um trabalho mais político e já levar um trabalho pronto para as escolas. Aponta a importância de formar multiplicadores, e sugere que a atuação da comissão seja com a formação de multiplicadores. Fala da parceria com a escola que cuida da educação penitenciária, formando professores do sistema carcerário em formação em direitos, pensando na ressocialização. Acredita que talvez seja interessante para a CMV realizar essa formação de profissionais, para alcançar um trabalho mais efetivo, acessando quem vai motivar os professores, por exemplo. Se a Comissão conseguir fazer a ponte com os coordenadores regionais, para que eles tragam os professores das escolas, a IEDF prepara todo o conteúdo para a comissão. Pensa que pode ser mais proveitoso para a comissão esse tipo de trabalho de formação de multiplicadores do que pensar em ir para as escolas.

Fabio disponibiliza o link de acesso à cartilha do projeto Falando Direito, que conta com metodologia interativa e dinâmica. Fala do material e que há um curso de formação para multiplicadores.

Sônia salienta que devemos nos apressar com esse projeto pois as burocracias institucionais podem demorar, tanto na OAB quanto na secretaria de educação. E comenta a sugestão de Fábio em formarmos multiplicadores para atuar nas Escolas, fazendo essa ponte com Coordenadores regionais, e incluindo o tema da memória e da verdade.

Alisson pergunta se seria possível a CMV fazer vídeos sobre memória e verdade para serem inseridos no curso.

Fabio afirma que sim, lembrando que não é possível falar de direitos humanos sem falar de memória.

Andreia parabeniza a explanação.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

Sônia agradece a presença e contribuição do magistrado, que se despede da reunião, e continuamos o debate entre os membros da comissão.

Alisson fala da tentativa de fazer essa ponte com advogados, acredita ser mais efetivo e prazeroso as idas às escolas e lamenta que o projeto fique somente na plataforma virtual, considerando as dificuldades de acesso à tecnologia para jovens e adultos, principalmente de comunidades carentes.

Laura observa o fator tempo e as barreiras institucionais, aponta a importância de pensarmos objetivamente quais são nossas perspectivas reais de efetivar um projeto dessa proporção considerando a pandemia e as burocracias, pensar nas formas colocar o projeto em prática nesse momento.

Sônia reitera a dificuldade da questão do tempo, pois é necessário elaborar um projeto e não temos autonomia para levar o projeto adiante sem a discussão e anuência da Direção da OAB/DF.

Alisson sugere que a CMV construa um vídeo sobre memória e verdade, e provoque o dr. Fábio à incluí-lo no curso, e caso não seja aproveitado no projeto Falando Direito já é uma memória simbólica importante nesse momento.

Paulo gostou da exposição do Fábio, sugere que Alisson elabore um projeto piloto unificando os temas do direito, memória e verdade à uma ação recente que o Rio de Janeiro ingressou para responsabilizar os opressores da casa da morte em Petrópolis, por exemplo. Então, a partir de um caso concreto seria possível fazer essa ligação, como o caso do Paulo de Tarso, relacionando com o movimento estudantil, chegando à memória dos desaparecidos da ditadura, ligando aos desaparecidos de hoje, contextualizar com a realidade da juventude da periferia. A mesma polícia que mata é a que



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

desaparece, então acha interessante fazer essa ligação, estimulado reflexão sobre a violência atual, as milícias com a ditadura.

Sônia fala que a ideia do Alisson é boa e que temos que iniciar logo o trabalho e que de qualquer forma temos que passar pela direção da OAB/DF. Pergunta se Alisson poderia fazer a proposta/projeto para debatermos com a comissão e menciona que como os vídeos talvez sejam inseridos nas aulas de direitos humanos, temos que saber qual o tempo disponibilizado para a Comissão e então elaborarmos a proposta dos vídeos. Complementa que nessas aulas podem surgir polêmicas e devemos estar preparados para essa situação, e nesse caso os vídeos podem abrandar essas questões.

Laura pergunta sobre a edição dos vídeos.

Alisson responde que não sabe editar, mas podemos entrar em contato com conhecidos que poderiam fazer esse trabalho gratuitamente e/ou também podemos aprender a editar.

Sônia pergunta se vamos encaminhar no sentido de elaboração do projeto piloto e falarmos com o Délio, a comissão concorda.

Alisson vai construir o projeto e expor na próxima reunião.

Sônia agradece a presença de todos e todas, e encerra a reunião.

Nada mais havendo a ser noticiado e decidido, a presente sessão foi encerrada às 21h26min.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA

Presidenta Interina da Comissão da Memória e da Verdade da  
OAB/DF

Juliana Gomes Miranda

Secretária-Geral da Comissão da Memória e da Verdade  
OAB/DF